



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150787 - PE (2021/0232161-1)

**RELATOR** : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)  
**RECORRENTE** : RIZELLE CORREIA DA SILVA  
**RECORRENTE** : RENATO CORREA DE LIMA  
**ADVOGADOS** : EMERSON DAVIS LEÔNIDAS GOMES - PE008385  
DAVI CARVALHO MEIRA - DF056383  
KATIHEEN TUANNY SIQUEIRA MARQUES - PE052897  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por RIZELLE CORREIA DA SILVA e RENATO CORREA DE LIMA contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (HC n. 0814698-98.2020.4.05.0000).

Sustentam os recorrentes a ausência de fundamentação para justificar a medida de busca e apreensão, devendo as provas e os atos delas derivados serem declarados nulos em observância à teoria dos frutos da árvore envenenada.

Requerem, liminarmente, a anulação da decisão que autorizou a busca e apreensão, determinando-se que sejam desentranhados e inutilizados os relatórios de análise de material apreendido, de cópias e espelhamentos de documentos, computadores e demais aparelhos eletrônicos; pleiteiam, ainda, a restituição dos bens e a declaração de nulidade de todas as provas obtidas. No mérito, pugnam pelo provimento do recurso, a fim de que seja confirmada a liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se do acórdão impugnado os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 567/570):

*Quanto à alegação de que a jurisprudência não admite a busca e apreensão exploratória, cabe destacar que, não se destinando a arrecadar um objeto específico, a medida de busca e apreensão possui naturalmente finalidade exploratória. É nesse sentido que o art. 240, § 1º, alínea "e", do Código de Processo Penal prevê expressamente a possibilidade de decretação da busca e apreensão com a finalidade de "descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu".*

*Ademais, o Supremo Tribunal Federal, no Inquérito 2.424 (Operação Hurricane) admitiu realização da denominada "busca exploratória" ao autorizar o ingresso em escritório de advocacia, no período noturno, visando o registro de informações úteis, além da instalação de equipamento de captação*

*ambiental.*

*No que tange à alegação de falta de contemporaneidade para a decretação das medidas de busca e apreensão, destaco que o entendimento da Quinta Turma do egrégio Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que, enquanto o crime investigado não estiver prescrito, são cabíveis todos os meios de produção de prova, desde que devidamente motivada sua necessidade, não havendo necessidade de contemporaneidade para decretação de medida cautelar não pessoal. In verbis:*

*[...]*

*Por outro lado, não me parece que as decisões de busca e apreensão estejam carentes da devida fundamentação, tendo em vista que a jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça reconhece a possibilidade de deferimento de busca e apreensão com base nas informações prestadas pela autoridade policial, especialmente em se tratando de procedimentos de investigação complexos e havendo fatos de indícios da participação do acusado:*

*[...]*

*Ressalte-se que a imprescindibilidade da medida restou demonstrada nos trechos em que o Juízo da 13ª Vara Federal destacou: i) que "a prática delitiva antevista tende a ser perpetuada, caso não se adote a medida pugnada e mais: com a concretização desta, certamente elementos de prova serão colhidos com o fito de elucidar de forma precisa a prática ilícita engendrada, que é o que se espera, tanto na seara policial, quanto judicial"; ii) "os depoimentos colhidos dos emitentes dos cheques apreendidos permitiram, por amostragem, elucidar que JAIRON e PÉRCIO vêm provocando a sustação de cheques apreendidos judicialmente, com o desiderato de locupletarem-se dos valores correspondentes, pressionando os emitentes a pagarem-lhes diretamente em dinheiro ou com a emissão de novos cheques, o que se coaduna com o que foi certificado nos autos, atinente a 108 cártulas sustadas, que totalizam o valor de R\$ 378.421,67. Tais condutas revelam que JAIRON e PÉRCIO insistem no intento criminoso, embaraçando as investigações e praticando novos delitos, a exemplo do crime tipificado no art. 155, § 4º, II, do CPB.*

*Assim, estando demonstrada a imprescindibilidade das medidas, não há que se falar em excesso nas apreensões.*

*Ante o exposto, DENEGO O HABEAS CORPUS*

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.  
Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência